

Ética e leitura: Paul Ricoeur e Dostoiévski

Abrahão Costa Andrade

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo e Professor Adjunto da UFRN

Para Olgária Matos, com ternura

Ética, para Paul Ricoeur, é "a visada de uma vida realizada sob o signo das ações estimadas boas"¹. Leitura, o ato "que acompanha a configuração da narração e atualiza sua capacidade de ser seguida, considerando em conjunto – compreendendo – o diverso da ação na unidade do enredo"². Ora, tanto *visar* quanto *acompanhar* são *atitudes* de um *sujeito* em vias de *constituir-se*. A constituição do sujeito, contornada pela leitura e interpretação de si, é assim uma atitude ética, porquanto desvelar as ilusões de sua imediatidade seja alcançar um nível melhor de vida. De fato, "pela compreensão de nós mesmos apropriamo-nos do sentido de nosso desejo de ser ou de nosso esforço para existir"³. A existência de que se pode falar numa filosofia hermenêutica "permanece sempre uma existência interpretada"⁴. Ética e leitura estão dessa forma em íntima relação, e a finalidade de suas interações é a de *produzir* uma nova subjetividade, de modo que o sujeito daí decorrente deve reconhecer, ao fim – provisório – de sua formação, que era desde o início *sujeito prático*, já que sua autoformação deve ser o resultado de um projeto de vida na base de uma sua tomada de decisão⁵,

¹ RICOEUR, P.: *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990, p. 221.

² *Idem*: *Tempo e narrativa*, I. Campinas: Papirus, 1994, p. 117.

³ *Idem*: *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago, 1978, p. 22.

⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 24.

⁵ Sobre a decisão e a auto-imputação do sujeito, cf. *Idem*: *Volontaire et l'involontaire*. Paris: Aubier, 1950, p. 37 e 54. Sobre a inscrição desse livro na tradição kantiana, cf. HENRIQUES, F.: "A significação 'crítica' de *Le volontaire*

e, segundo uma tradição que remonta a Kant, 'prático' é tudo o que se relaciona com a liberdade⁶.

O estudo da 'imputação pré-reflexiva do eu', esboçado no *Le volontaire et l'involontaire*, acompanhado de algumas breves considerações sobre *Crime e castigo*, de Dostoiévski, pode nos esclarecer sobre este último ponto, a saber, que o *cogito* é por essência⁷ auto-imputável: sujeito ético. A tradição que reclama esse postulado é sem dúvida kantiana⁸, mas é com Fichte⁹ que ele se transforma numa afirmação radical. Segundo Ricoeur, Kant é certo ao dizer que "uma apercepção do ego pode acompanhar todas as minhas representações, mas essa apercepção não é conhecimento de si mesmo, ela não pode ser transformada numa intuição que verse sobre uma alma substancial"¹⁰. Contudo, uma limitação de base cerca a filosofia

et l'involontaire". In: *Revista portuguesa de filosofia*, Braga, jan-fev, tomo XLVI, 1990, fasc. 1.

- 6 A denificação kantiana encontra-se em vários pontos de sua obra. A mais esclarecedora está na primeira das *Duas introduções à Crítica do juízo*. São Paulo: Iluminuras, 1995, p. 35. Cf. TERRA, R. R.: *A política tensa*. São Paulo: Iluminuras, 1995, p. 15-25.
- 7 Essência no sentido fenomenológico do termo, isto é, *eidos*, o objeto remanescente da redução transcendental e o único a poder ser estritamente conhecido. Cf. HUSSERL, E.: *Idée I*. Paris: Gallimard, 1950, p. 4, 13ss.
- 8 Sobre o lugar de Dostoiévski na tradição kantiana cf. FRANK, J.: *Dostoiévski: As sementes da revolta*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 90. Joseph Frank, falando do *background* cultural do autor de *Crime e castigo*, registrou, com efeito, o fato de essa influência kantiana vir desde a sua juventude, quando as leituras das cartas de Karamazin lhe deixou marcada na alma duas idéias da filosofia prática kantiana: "Dostoiévski então primeiramente entrou em contato com essas duas idéias — a de que a consciência moral é parte inarredável da natureza humana, e a de que a imortalidade é condição necessária de qualquer ordenação de mundo que reclame um sentido moral — quando de sua leitura de juventude de Karamazin; o que se acrescentou subsequente foi sobre esta fundação" (cf. FRANK, *op. cit.*, p. 90 e ss.). Recorde-se, ainda, que, quando na prisão da Sibéria, um dos seus livros de cabeceira era a *Crítica da razão pura* de Kant.
- 9 Cf. FICHTE, J. C.: *A doutrina-da-ciência de 1794*. São Paulo: Abril, 1980. Cf. TORRES FILHO, R. R.: *O espírito e a letra: crítica da imaginação pura em Fichte*. São Paulo: Ática, 1975.

crítica: "a reflexão é reduzida a uma única dimensão: as únicas operações canônicas do pensamento são aquelas que fundam a 'objetividade' de nossas representações", de maneira que "a despeito das aparências, a filosofia prática está subordinada à filosofia teórica"¹⁰. Com Fichte, todavia, o eu é definido já como ação, ele é *Tathandlung*, estado-de-ação: por isso, a reflexão sobre o eu, a despeito de ser uma epistemologia fundamental, como a chama Torres Filho, é uma empreitada ética: "Com Fichte e seu sucessor francês Jean Nabert", Ricoeur afirma que "a reflexão é menos uma justificação da ciência e do dever, do que a reapropriação de nosso esforço para existir"^{12,13}. A posição do eu como ação não só é condição de possibilidade da reflexão teórica como também de a reflexão vir a ser concreta, compreendendo-se por 'reflexão concreta' esse esforço por permanecer na existência.

A descrição fenomenológica deve deter-se nesse ponto e nele descobrir o ato primeiro como responsabilidade. Num nível pré-reflexivo, é preciso que o eu seja entendido como uma tomada de posição sobre si (face ao que deseja, representa ou projeta) para que toda reflexão posterior não só seja possível como venha a ter sentido. O leitor de *Crime e castigo* lembrará, com efeito, que de vez em quando o narrador se utiliza do futuro do pretérito para designar uma reflexão *a posteriori* feita por Raskólnikov: mais tarde ele *meditaria* sobre isso, diz. Indica-se, com isso, que o personagem não se dava conta do que estava fazendo mas o fazia desde já numa situação que, posteriormente, lhe daria condição de refletir a respeito.

A posição do eu é, assim, o ato pelo qual a reflexão *pode* começar. O essencial disso é: ela é um *ato*. "Deve haver aí uma referência a si que não é ainda um olhar sobre si, uma certa maneira de se reportar ou de se comportar com relação a si, uma maneira não especulativa ou, melhor, não especular: uma implicação de si-mesmo rigorosamente contemporânea do ato mesmo da decisão e que é de algum modo um

¹⁰ RICOEUR: *O conflito das interpretações*, p. 276.

¹¹ *Id.*, *ibidem*.

¹² *Id.*, *ibidem*.

¹³ Numa resenha sobre o *Essai sur le mal*, de Jean Nabert, Ricoeur assinala: "Consciência moral e conhecimento intelectual são, em última instância, animados por uma afirmação originária que preside a operação de consciência dos sujeitos que pensam e que querem, oferecendo a cada ser o que é e produz seus atos, e fundando sua reciprocidade em uma unidade originária" (cf. *Idem: Leituras 2*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 184).

ato a respeito de si”¹⁴. O que sustenta a possibilidade da reflexão – o querer pronto para o juízo de responsabilidade – é o eu ser posto em relação a si de um modo não especulativo, mas como um modo de comportamento, uma relação de si consigo mesmo, como um ato de decisão que tem a mesma idade de um certo reconhecimento de si como aquele que se move e, ao fazê-lo, o faz porquanto já se decidiu e se responsabilizou. Talvez seja por isso que Dostoiévski se esmere em apresentar seu protagonista em estado de confusão mental, como a dizer 'não importa o grau de inteligência do indivíduo'. De um modo ou de outro, tendo uma vez projetado realizar uma tarefa, seu ser inteiro encontra-se aí envolvido. E se, não obstante a confusão mental, trata-se, como é o caso, de alguém inteligente, tanto pior para ele: *agirá* da mesma forma.

O despertar para esse acontecimento – ser agente é já se responsabilizar – ensina que o sujeito põe-se como desejante no quadro de um projeto *seu*: pôr-se é já querer alguma coisa e projetar-se como desejante. "Eu me afirmo em meus atos". Todos os ensaios do crime contornavam a figura de Raskólnikov: era um assassino. A auto-determinação como ação pré-reflexiva toma o sentido de uma responsabilidade originária: "esta ação sou eu" antes mesmo de empreendê-la e sob todos os aspectos. Posso me acusar porque sei que ao agir *sou eu* quem está implicado.

Como isso é possível? Isso é possível porque, ao me projetar, designo uma ação *própria*. "O eu figura no projeto como este que fará e que pode fazer"¹⁵. A miséria do rapaz dostoiévskiano, sua impaciência por sentir-se indigno¹⁶ de ser filho, irmão, amigo não estaria nesse reconhecimento de que na ação a ser efetuada seria ele o que se realizaria? "Antes de toda reflexão sobre o eu que projeta, o eu se 'coloca' a si próprio 'em causa', ele se insere no desígnio da ação a ser feita; no sentido próprio, ele se *engaja*"¹⁷. O sujeito se identifica na ação que lhe realiza o projeto próprio e se reconhece em sua concretização como reconheceria seu nome numa assinatura.

¹⁴ RICOEUR: *Volonataire et l'involontaire*, p. 57.

¹⁵ *Id.*, *ibidem*.

¹⁶ DOMINIQUE ARBAN, em sua "Introduction" da edição francesa de *Crime e castigo* (Paris: Gallimard, 1950, p. 6) tenta aproximar Raskólnikov de um personagem de Puchkin, Alenko, e cita essa anotação do Autor: "Alenko matou. Toma consciência de que ele não é digno do ideal que atormenta sua alma. Aí está o crime e o castigo".

¹⁷ RICOEUR: *Volonataire et l'involontaire*, p. 57.

"Assim me projetando, eu me objetivo de um certo modo, como me objetivo em uma assinatura que poderia reconhecer, identificar como minha, como signo de mim mesmo"¹⁸. A velha Alena Ivanovna se tornava mais odiosa quanto mais seu assassinato se transformava em matéria do próprio assassino: ele era ela, ou melhor, sua morte era signo do reconhecimento de si como alguém não-inocente. O crime de Raskólnikov, e ele sabia disso, apenas se consumou com os golpes fatais de machado. Desde o início ele já era, na elaboração de seu projeto, culpável. Realizá-lo, portanto, era manter-se fiel a si mesmo. Quando estivesse na Sibéria, utilizando as horas de trabalho forçado como momentos de reflexão, *saberia* disso com maior clareza.

Isso para mostrar que "a referência prática a si mesmo é a própria raiz da reflexão"¹⁹, não podendo esta última ser tomada como uma volta do sujeito a si, como se primeiramente de fora viesse para dentro e, nesse movimento, sustasse a intencionalidade da consciência, que a faz centrífuga, e, detendo-a, a colocasse em relação consigo mesma. Não há dupla consciência²⁰ e a relação de si consigo mesmo não é de confronto gnosiológico, mas, repetimos, de ação²¹. Com efeito, "todo ato comporta a consciência surda de seu polo-sujeito, de seu foco de emissão"²²: não se

¹⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 57 ss.

¹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 59.

²⁰ O que, no caso de Raskólnikov, torna mais dilacerante a sua situação, pois como nota Arban, "Raskol, em russo, significa cisma, palavra sinônima de separação; ela tem, na Rússia, um conteúdo histórico considerável. Raskol, nome comum, tornou-se nome próprio quando, no século dezessete, um minoria de velhos-crentes se separa da Igreja oficial, recusando adotar uma liturgia nova e se separa da massa que reuniu os termos de um ritual doravante estabelecido. Pouco a pouco a palavra raskolnik – o homem separado – torna-se, no uso da língua, um termo significando 'rebelde', 'insurreto'" (ARBAN, *op. cit.*, p. 7). Se não há dupla consciência e ele se encontra, de acordo com seu nome, mas talvez também de acordo com seu destino, separado de si, decerto a revolta aí não é algo completamente surpreendente.

²¹ "Mas a passagem do plano prático – ou *práxis* – ao plano ético é tão fácil de entrever quanto a passagem do plano lingüístico ao plano ético no caso da promessa" (RICOEUR: *Leituras 2*, p. 175): ao *dizer* que prometo, já agi: já prometi; ao mostrar-me como ativo, já me responsabilizo, já me represento como livre e devo saber que a liberdade me introduz no campo ético.

²² *Idem*: *Volonataire et l'involontaire*, p. 58.

pode exilar o sujeito de seu atos; neles uma junção originária anterior a toda dissociação reflexiva se sedimenta, de forma que "uma identificação primordial resiste à tentação de exilar o eu à margem de seus atos: a identificação do eu projetante e do eu projetado"²³. Se a ação que Raskólnikov realiza é ele mesmo a se realizar, com isso ele também não se duplica; "eu me afirmo sujeito no objeto de meu querer": ele é o que faz e no que faz. "Esta dialética difícil pode ser esclarecida de outra maneira: a presença do sujeito em seus atos não é ainda um conteúdo de reflexão no que ela permanece uma presença de sujeito. A reflexão desenvolvida tende a fazer dele um objeto de juízo: o sentimento de responsabilidade orienta esta objetivação, até certo ponto inevitável, no sentido desta objetivação específica do projeto. Eu me encontro a mim mesmo nos meus projetos, projeto a mim mesmo por mim mesmo"²⁴. Ou seja, não havendo duplicação do sujeito, o que há é uma identidade conquistada na efetivação de atos que são a realização de projetos *próprios*.

A identidade pessoal aí engendrada se deixa perceber na origem dessa imputação pré-reflexiva. A consciência do próprio Raskólnikov como aquele que *se* projeta está na origem de sua identidade, "ela mesma pré-judicial, pré-judicativa, de uma presença como sujeito *projetante* e de um eu *projetado*"²⁵, e na sedimentação na qual ele se encontra empenhado. Por isso suspeitamos de que realizar o crime era apenas fazer jus a si mesmo, no reconhecimento de si como uma criatura execrável²⁶, já que concebeu o tal projeto como concebera. "A reflexão toma desde então seu sentido como momento de uma dialética interior pela qual eu acentuo passo a passo o eu e o projeto, exaltando um pelo outro. A meditação da responsabilidade não é outra coisa"²⁷. Dostoiévski parece ter levado esse princípio às últimas conseqüências ao fazer seu protagonista comprometer-se consigo mesmo de um modo inexorável. Se ele

²³ *Id.*, *ibid.*, p. 58.

²⁴ *Id.*, *ibidem*.

²⁵ *Id.*, *ibidem*.

²⁶ Execrável, bem entendido, segundo suas próprias hipóteses, quando dialoga consigo mesmo (sobre a polifonia do romance como diálogo consigo mesmo em Dostoiévski, cf. BAKHTIN, M.: *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1977). Com efeito, não é assim que os vêem os outros personagens, nem nós leitores, já que o mesmo homem que matou uma velha indefesa foi o que guarneceu com ternura uma família em farrapos.

²⁷ RICOEUR: *Volontaire et l'involontaire*, p. 59.

não quisesse jamais ser assassino, que jamais pensasse como pensou; mas uma vez concebido o projeto: sua liberdade o prendeu aos seus desígnios. Antes de toda cólera e todo ódio possíveis, antes de todo assalto súbito de uma emoção, mas também antes de toda reflexão sobre si mesmo, Raskólnikov se encontra de tal forma unido a si e às suas aspirações que, nessa identidade de si consigo mesmo e de si com seus projetos, percebe-se como alguém desde sempre livre, isto é, responsável por si mesmo nas figurações de seus planos.

Não se deve, por isso, "raciocinar unicamente sobre os atos onde a consciência está dissipada e alienada, como a cólera e em geral as paixões; no momento em que elas se lançam de novo na emoção, eu estou fora de mim, não só no sentido de que me volto em relação a outra coisa, mas além disso no sentido de que estou despossuído de mim mesmo, a presa de... A consciência de si é o momento decisivo de uma retomada sobre si, ela seduz um suprassumo de liberdade: numa breve e súbita revelação, a alienação é suspensa"²⁸: fui eu que agi assim, sou o culpado, o responsável, mereço carregar o peso de meus atos.

Certamente não foi pelo dinheiro que Raskólnikov assassinou a velha Alena²⁹, foi antes, como dissemos, para ser coerente consigo mesmo, na convicção de que aquilo que concebera era já todo o seu ser e não fazê-lo era negar-se ao mesmo tempo que se embrenharia no lodaçal da hipocrisia. Entregar-se à polícia, nessas circunstâncias, nada tinha de extraordinário: tornando público seu ato, Raskólnikov não só o imputava como indivíduo, mas também revelava uma possibilidade a mais, disponível a uma humanidade inteira organizada de modo a deixar um homem na situação precária e miserável em que ficara: a possibilidade do crime ignominioso³⁰.

²⁸ Cf. LEBRUN, G.: "O conceito de paixão". In: NOVAES, A. (Org.): *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁹ Como supôs, dentre muitos, G. Z. Ielissiév. Cf. SCHAIDERMANN, B.: *Turbilhão e semente: Ensaio sobre Dostoiévski e Bakhtin*. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p. 33.

³⁰ Tornando público seu ato, Raskólnikov o imputava também à sociedade de que era filho, "pois a história deste jovem não é a de um crime – mas do remorso vivido" (ARBAN: *op. cit.*, p. 11). Ler o romance é transformar-se em seu cúmplice e ser solidário de seu crime, é saber-se também responsável.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar uma página da *Philosophie de la volonté*, de Paul Ricoeur, sobre a "imputação pré-reflexiva do eu", tentando confrontá-la com o romance *Crime e castigo*, de Dostoiévski. Chamando duplamente a atenção para a filosofia e o romance, gostaríamos de mostrar nossa inexorável condição de "ser livre", relacionando ética e leitura.

Palavras-chave: Liberdade, reflexão, ética, leitura

Abstract: The aim of this paper is to analyse a passage from Ricoeur's *Philosophie de la volonté* [Philosophy of Will] concerning the "pre-reflexive imputation of the Self" in contrast with Dostoevsky's *Crime and Punishment*. Focusing both on philosophy and the novel the aim is to show our inexorable condition of "being free" through the relationship between ethics and reading.

Keywords: Freedom, reflection, ethics, reading

J. L. Borges: alteridade

Abrahão Costa Andrade

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo e Professor Adjunto da UFRN

Para Lygia Caselato

*Quand tout est conté,
on ne parle jamais de soy sans perte.*
(Montaigne)

O conto "Pierre Menard, autor del Quijote"¹, carregado com notas-de-rodapé, é ele mesmo uma nota. Uma nota de esclarecimento acerca da integralidade da presumível obra do recém-defunto Pierre Menard. Nesta nota, ao que parece, sucedem três momentos de exposição: o primeiro começa com o texto e vai até o fim da "nota 1", no final da lista das chamadas obras *visíveis* do autor. O segundo começa com a frase "até aqui (...) a obra *visível* de Menard, em sua ordem cronológica" e chega até a frase "a glória é uma incompreensão e talvez a pior", onde o narrador se detém na obra invisível, "subterrânea", de Menard. O terceiro momento é o restante.

O autor desta "nota de esclarecimento" – ou seja, o narrador do conto – é um amigo fiel e consciencioso deste escritor cuja memória, devido a imperdoáveis omissões e adições perpetradas por uma certa Mme. Bachelier num catálogo de sua obra, está prestes a ser "empanada". O narrador, portanto, como um daqueles "autênticos amigos" que viram com alarma e tristeza o catálogo preparado por aquela displicente senhora decide fazer uma retificação. Consciencioso e fiel amigo de Menard, o narrador é também bastante modesto. Embora veja como inevitável esta retificação – e ainda que "breve" –, sabe que é fácil vir a ser refutado, pois sua autoridade, conforme diz, é pobre. Não obstante demonstrar um vasto conhecimento do arquivo da obra do amigo, menciona, para fortalecer sua autoridade, o testemunho de duas "valiosas" senhoras, a Baronesa de Bacourt (em casa de quem conheceu o "pranteado poeta") e a Condessa de Bagnoregio ("um dos espíritos mais finos do principado de Mônaco"), que lhe concedem o beneplácito. Quiçá o retrato que tivermos de Menard esteja ancorado na fidelidade deste amigo fervoroso.

¹ BORGES, J. L.: *Obras Completas*. Vol. I. Buenos Aires: Emecé, 1989.

No primeiro momento descobrimos um Pierre Menard, além de poeta e romancista, também prolífero e variado escritor. De soneto simbolista a monografias sobre filosofia, a obra *visível* do personagem é notável pela diversidade de temas e preocupações. Menard é também crítico literário e, nesta função, escreveu uma invectiva contra Paul Valéry, cuja peculiaridade era expressar justo o contrário do que realmente pensava a respeito deste poeta que era, afinal, seu amigo pessoal. É importante observar, dentre todas as suas obras *visíveis*, esta invectiva – à qual voltaremos –, justamente porque ela parece ser a mais reveladora do “caráter” de seu autor.

Não obstante trinta e cinco anos de intensos trabalhos na construção de sua obra *visível*, Pierre Menard possuía ainda uma outra, “a subterrânea, a interminavelmente heróica, a ímpar”. O segundo momento do conto tem como tarefa apresentá-la. Na verdade, conforme diz o narrador, o objeto primordial da nota é justamente esta obra, certo, inconclusa, mas “talvez a mais significativa do nosso tempo”: alguns capítulos e fragmentos do *Dom Quixote*. Diante de um personagem que, além de uma vasta obra *visível*, possui a coragem de escrever uma obra já existente, é necessário nos determos nele e traçar com as mais firmes linhas o seu perfil.

Por volta do final do segundo momento, flagramos o narrador atribuindo ao seu personagem uma “quase divina modéstia”. A nos determos nesta atribuição – e levando em conta, além de suas pomposas obras, algumas declarações em carta ao narrador, salpicadas em citações ao longo do texto – somos levados a tomá-la como um laivo de ferina ironia. Com efeito, como pode um homem empenhado na impossível tarefa de compor *O Quixote*, com a admirável ambição de “produzir páginas que coincidisse – palavra por palavra e linha por linha – com as de Miguel de Cervantes”, ainda poder ser considerado portador de uma “modéstia divina”?

Sem que o narrador se esforce por apresentá-lo como um megalomaniaco (apenas o movimento da narração parcialmente o confirma), em uma primeira aproximação é assim que ele nos aparece. Além disso, se contamos com o fato de que o personagem produziu sua múltipla e enciclopédica obra *visível* no início do século vinte (exatamente à época em que o processo de especialização do conhecimento, antípoda da enciclopédia, já estava acelerado), poderíamos ainda considerá-lo basicamente anacrônico, ou seja, quixotesco.

Quixotesco o é ainda quando, para efetivar sua obra subterrânea, imagina como “método relativamente singelo”, diz o narrador, “conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra o turco, esquecer a história da Europa entre os anos 1602 e 1918, ser Miguel de Cervantes”. Para ele tudo o que é demasiado fácil é também pouco interessante; assim, como se isso não fosse suficientemente difícil, em seguida uma extrapolação deste método ocorre: agora ele

deseja ser Pierre Menard e chegar ao Quixote unicamente pelas experiências de Pierre Menard. Talvez, convenhamos, o cúmulo da pretensão.

Porém, se pode ser verdadeiro afirmar, como fizemos, que o narrador se utiliza aqui e ali de ironias, não é certo que o faça em relação ao seu personagem; e algumas referências textuais confirmam sua condescendência para aquele que, aliás, não é um simples personagem, um juguete da narrativa, mas seu dileto amigo, cuja nota não objetiva senão evitar manchar sua "límpida memória". Desse modo, parece ser preciso acreditar na quase divina modéstia de Pierre Menard.

Ademais, é importante levar em conta, para a determinação de seu caráter, o método de crítica literária que utilizou para apreciar Paul Valéry. Essa referência é tanto mais legítima quanto podemos contar com sua repetição em outra altura do texto: "Recordemos outra vez sua invectiva contra Paul Valéry". Era hábito seu – resignado ou irônico – "propagar idéias que eram o estrito reverso das preferidas por ele". Assim, suas pretensiosas declarações – "minha empresa não é difícil, essencialmente"; "contraí o misterioso dever de reconstruir literalmente sua obra espontânea [a de Cervantes]" – podem ser compreendidas justamente ao reverso, como o deveria ser a crítica severa ao poeta francês.

Dessa maneira, podemos adiantar que esta postura de dizer o contrário do que pensa, sem cuidar para o estrago pessoal que isso possa significar (veja-se que quase ficamos dispostos a considerá-lo megalomaniaco e quixotesco), talvez possa ser lida como um certo abandono da subjetividade ou do excessivo cuidado de si. Nesse sentido, não é o recurso à "subjetividade" que permite a compreensão do personagem, mas justamente a recusa de centrar-se nela. Isto parece se comprovar ainda mais quando Menard desiste de sua tarefa – seria preciso ser imortal para continuá-la – e a considera afinal como digna de qualquer outro homem, sem qualquer privilégio: "Pensar, analisar, inventar (...) não são atos anômalos, são a normal respiração da inteligência. (...) Todo homem deve ser capaz de todas as idéias e acredito que no futuro o será".

Essa última posição traz consigo, de acréscimo, a idéia, que se tornaria corrente depois de Valéry, do primado da textualidade sobre a autoridade, o que suplanta por sua vez a imagem inicial de um Menard megalomaniaco, e não sustenta, dessa maneira, sua interpretação como símbolo de vaidade literária e de pobreza cultural, como se poderia depreender de sua imagem mal traçada como a de um falso intelectual, dono de um saber inútil e desprovido de reflexão.

Assim, quer mediante a utilização de várias *personas*, como podemos entender agora a versatilidade dos assuntos das obras visíveis (pois Menard poderia ser autor daquelas obras como o era do *Quixote*, isto é, apenas virtualmente), quer através do método de dizer o contrário do que pensa, quer ainda pela quebra do privilégio da

genialidade, quando acredita que todos os homens são capazes de todas as idéias, o que afinal encontramos – e aqui entramos no terceiro momento do conto –, é a dissolução da subjetividade como uma figura central e centralizante, detentora do sentido.

Que alternativa Borges oferece a essa dissolução? Segundo nos parece, o que aí vemos surgir é certa abertura para a alteridade ou para a diferença, como contraponto da identidade metafísica. Nesse sentido, uma das conclusões de Juan Niño, em seu livro *La filosofía de Borges*, é lapidar: "Pierre Menard, diz ele, não se limita a recitar uma vez mais a lição platônica, com plotinismo unitário de fundo, das identidades reunidas e subjacentes nos homens e em suas obras; pelo contrário, esforça-se por estabelecer alguns contrastes; justamente, pese à identidade de forma e fundo, entre as duas obras, que são a mesma obra, há *diferenças*. (...) O que Borges quer provar é a força dessas diferenças precisamente ali onde resulta mais difícil sua comprovação"². Além disso, a permanência do *texto*, com o subsequente eclipse da *autoridade*, como se pode ver com a citação reiterada do *Quixote* ("a verdade, mãe da história...") e seus sentidos diferentes, nos sugere também, como assinala Lisa Block de Behar, que "o texto não se altera mas é princípio de alteridade"³. Não importa quem seja o autor, se Menard, Cervantes ou o próprio Dom Quixote, como já aventaram a possibilidade; o importante é que o texto é o que fica, possibilitando a viabilidade do *diverso*.

Resumo: Trata-se de fazer uma leitura do conto "Pierre Menard, autor del Quixote", de J. L. Borges, levando a sério a voz narrativa, paradoxalmente irônica. Tudo se passa como se, em meio à ironia, só conseguíssemos revelar a verdadeira intenção do narrador tomando o texto, ironicamente, ao pé da letra.

Palavras-chave: Borges, alteridade, filosofia, vida literária

Abstract: The aim is to read Borge's "Pierre Menard, author of D. Quixote" taking the narrator's paradoxically ironic perspective seriously. By this means we hope to show that the only way to understand the narrator's true intentions is to read this text full of irony without irony – which is in itself an ironical assumption.

Keywords: Borges, alterity, philosophy, literary life

² Cf. NUÑO, J. México: Fondo de Cultura, 1986, p. 54.

³ Cf. BEHAR, L. B. de: *Al margem de Borges*. Argentina: Siglo Venturino, 1987, p. 122.